

## NOTA PRÉVIA À 8ª EDIÇÃO

A Lei nº 28/82, de 15 de novembro, que aprova a organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional, foi alterada pela Lei Orgânica nº 1/2022, de 4 de janeiro, que harmoniza a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu com as disposições em vigor na ordem jurídica portuguesa sobre perda de mandato de titulares de cargos eletivos. Essa atualização está contida nesta obra, que desta forma se apresenta como ferramenta de estudo ou de trabalho útil a todos quantos lidam com a Lei Fundamental no seu dia-a-dia.

Coimbra, agosto de 2022  
CECÍLIA SANTOS

## ÍNDICE-SUMÁRIO

### I – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Lei Constitucional nº 1/2005, de 12 de agosto	9
Preâmbulo	9
Princípios fundamentais	9
PARTE I Direitos e deveres fundamentais	13
TÍTULO I Princípios gerais	13
TÍTULO II Direitos, liberdades e garantias	16
CAPÍTULO I Direitos, liberdades e garantias pessoais	16
CAPÍTULO II Direitos, liberdades e garantias de participação política	25
CAPÍTULO III Direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores	27
TÍTULO III Direitos e deveres económicos, sociais e culturais	29
CAPÍTULO I Direitos e deveres económicos	29
CAPÍTULO II Direitos e deveres sociais	31
CAPÍTULO III Direitos e deveres culturais	36
PARTE II Organização económica	39
TÍTULO I Princípios gerais	39
TÍTULO II Planos	42
TÍTULO III Políticas agrícola, comercial e industrial	43
TÍTULO IV Sistema financeiro e fiscal	46
PARTE III Organização do poder político	49
TÍTULO I Princípios gerais	49
TÍTULO II Presidente da República	54
CAPÍTULO I Estatuto e eleição	54
CAPÍTULO II Competência	57
CAPÍTULO III Conselho de Estado	60
TÍTULO III Assembleia da República	61
CAPÍTULO I Estatuto e eleição	61
CAPÍTULO II Competência	65
CAPÍTULO III Organização e funcionamento	71

TÍTULO IV Governo	75
CAPÍTULO I Função e estrutura	75
CAPÍTULO II Formação e responsabilidade	76
CAPÍTULO III Competência	78
TÍTULO V Tribunais	81
CAPÍTULO I Princípios gerais	81
CAPÍTULO II Organização dos tribunais	82
CAPÍTULO III Estatuto dos juízes	84
CAPÍTULO IV Ministério Público	85
TÍTULO VI Tribunal Constitucional	86
TÍTULO VII Regiões Autónomas	88
TÍTULO VIII Poder Local	93
CAPÍTULO I Princípios gerais	93
CAPÍTULO II Freguesia	95
CAPÍTULO III Município	96
CAPÍTULO IV Região administrativa	97
CAPÍTULO V Organizações de moradores	98
TÍTULO IX Administração Pública	99
TÍTULO X Defesa Nacional	101
PARTE IV Garantia e revisão da Constituição	105
TÍTULO I Fiscalização da constitucionalidade	105
TÍTULO II Revisão constitucional	109
Disposições finais e transitórias	111
II – LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM	
Aviso, DR nº 57, Série I, de 09-03-1978	115
LEI DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL	
Lei nº 28/82, de 15 de novembro	121
TÍTULO I Disposições gerais	121
TÍTULO II Competência, organização e funcionamento	122
CAPÍTULO I Competência	122
CAPÍTULO II Organização	125
SECÇÃO I Composição e constituição do Tribunal	125
SECÇÃO II Estatuto dos juízes	128
SECÇÃO III Organização interna	132
CAPÍTULO III Funcionamento	134
SECÇÃO I Funcionamento do Tribunal	134
SECÇÃO II Secretaria e serviços de apoio	136
CAPÍTULO IV Regime financeiro	136
TÍTULO III Processo	138
CAPÍTULO I Distribuição	138

CAPÍTULO II Processos de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade	139
SUBCAPÍTULO I Processos de fiscalização abstracta	139
SECÇÃO I Disposições comuns	139
SECÇÃO II Processos de fiscalização preventiva	141
SECÇÃO III Processos de fiscalização sucessiva	142
SECÇÃO IV Processos de fiscalização da inconstitucionalidade por omissão	143
SUBCAPÍTULO II Processos de fiscalização concreta	144
CAPÍTULO III Outros processos	152
SUBCAPÍTULO I Processos relativos à morte, impossibilidade física permanente, impedimento temporário, perda de cargo e destituição do Presidente da República	152
SUBCAPÍTULO I-A Processos relativos à perda de mandato de Deputados	154
SUBCAPÍTULO II Processos eleitorais	155
SECÇÃO I Processo relativo à eleição do Presidente da República	155
SUBSECÇÃO I Candidaturas	155
SUBSECÇÃO II Desistência, morte e incapacidade de candidatos	156
SUBSECÇÃO III Apuramento geral da eleição e respetivo contencioso	157
SECÇÃO II Outros processos eleitorais	157
SUBCAPÍTULO III Processos relativos a partidos políticos, coligações e frentes	159
SUBCAPÍTULO IV Processos relativos a organizações que perfilhem a ideologia fascista	162
SUBCAPÍTULO V Processos relativos à realização de referendos e de consultas diretas aos eleitores a nível local	162
SUBCAPÍTULO VI Processos relativos a titulares de cargos públicos	162
TÍTULO IV Disposições finais e transitórias	165
INICIATIVA LEGISLATIVA DE CIDADÃOS	
Lei nº 17/2003, de 4 de junho	167
CAPÍTULO I Disposições gerais	167
CAPÍTULO II Requisitos e tramitação	168
CAPÍTULO III Disposições finais	171
DIREITO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL E DE ACÇÃO POPULAR	
Lei nº 83/95, de 31 de agosto	173
CAPÍTULO I Disposições gerais	173
CAPÍTULO II Direito de participação popular	174
CAPÍTULO III Do exercício da acção popular	176

CAPÍTULO IV Responsabilidade civil e penal	179
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	180
EXERCÍCIO DO DIREITO DE PETIÇÃO	
Lei nº 43/90, de 10 de agosto	183
CAPÍTULO I Disposições gerais	183
CAPÍTULO II Forma e tramitação	185
CAPÍTULO III Petições dirigidas à Assembleia da República	188
CAPÍTULO IV Disposição final	194
ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
Lei nº 39/80, de 5 de agosto	195
Preâmbulo	195
TÍTULO I Região Autónoma dos Açores	196
TÍTULO II Princípios fundamentais	199
TÍTULO III Regime económico e financeiro	201
CAPÍTULO I Princípios gerais	201
CAPÍTULO II Autonomia financeira da Região	201
CAPÍTULO III Autonomia patrimonial da Região	202
TÍTULO IV Órgãos de governo próprio	204
CAPÍTULO I Assembleia Legislativa	204
SECÇÃO I Estatuto e eleição	204
SECÇÃO II Competência da Assembleia Legislativa	207
SUBSECÇÃO I Competência em geral	207
SUBSECÇÃO II Matérias de competência legislativa própria	214
SECÇÃO III Organização e funcionamento da Assembleia Legislativa	222
CAPÍTULO II Governo Regional	225
SECÇÃO I Função, estrutura, formação e responsabilidade	225
SECÇÃO II Competência do Governo Regional	228
CAPÍTULO III Estatuto dos titulares de cargos políticos	231
SECÇÃO I Disposições comuns	231
SECÇÃO II Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa	233
SECÇÃO III Estatuto dos membros do Governo Regional	236
CAPÍTULO IV Representante da República	236
TÍTULO V Relação da Região com outras pessoas colectivas públicas	237
CAPÍTULO I Da cooperação em geral	237
CAPÍTULO II Da audição dos órgãos de governo próprio pelos órgãos de soberania	239
TÍTULO VI Das relações internacionais da Região	242
TÍTULO VII Organização das administrações públicas	244
CAPÍTULO I Administração regional autónoma	244
CAPÍTULO II Outros órgãos regionais	245

CAPÍTULO III Administração do Estado	247
CAPÍTULO IV Administração local	247
TÍTULO VIII Revisão do Estatuto	248
ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	
Lei nº 13/91, de 5 de junho	251
TÍTULO I Princípios fundamentais	251
TÍTULO II Órgãos de governo próprio e administração pública regional	254
CAPÍTULO I Assembleia Legislativa Regional	254
SECÇÃO I Definição, eleição e composição	254
SECÇÃO II Estatuto dos deputados	255
SECÇÃO III Competência	261
SECÇÃO IV Funcionamento	265
CAPÍTULO II Governo Regional	269
SECÇÃO I Definição, constituição e responsabilidade	269
SECÇÃO II Estatuto dos membros do Governo Regional	271
SECÇÃO III Competência	273
SECÇÃO IV Funcionamento	274
CAPÍTULO III Estatuto remuneratório	275
CAPÍTULO IV Administração pública regional	277
TÍTULO III Relações entre o Estado e a Região	278
CAPÍTULO I Representação do Estado	278
CAPÍTULO II Relações entre os órgãos de soberania e os órgãos de governo próprio	279
SECÇÃO I Relacionamento entre a Assembleia da República e a Assembleia Legislativa Regional	279
SECÇÃO II Audição dos órgãos de governo próprio	280
SECÇÃO III Protocolos	281
SECÇÃO IV Participação da Região em negociações internacionais	282
CAPÍTULO III Fiscalização da constitucionalidade e da legalidade	282
TÍTULO IV Do regime financeiro, económico e fiscal	284
CAPÍTULO I Princípios gerais	284
CAPÍTULO II Do regime financeiro	286
SECÇÃO I Receitas regionais	286
SUBSECÇÃO I Receitas e despesas	286
SUBSECÇÃO II Receitas fiscais	287
SUBSECÇÃO III Dívida pública regional	288
SUBSECÇÃO IV Transferências do Estado	289
SUBSECÇÃO V Apoios especiais	290
SECÇÃO II Relações financeiras entre a Região e as autarquias locais	290
CAPÍTULO III Do regime económico	291
SECÇÃO I Da economia regional	291

SECÇÃO II Da concretização dos princípios da solidariedade e da continuidade territorial	291
SUBSECÇÃO I Transportes	291
SUBSECÇÃO II Telecomunicações	292
SUBSECÇÃO III Energia	293
SUBSECÇÃO IV Outras áreas específicas	293
CAPÍTULO IV Do regime fiscal	294
SECÇÃO I Enquadramento geral	294
SECÇÃO II Competências legislativas e regulamentares	295
SECÇÃO III Competências administrativas	296
SECÇÃO IV Taxas e preços públicos regionais	297
CAPÍTULO V Património da Região	297
CAPÍTULO VI Centro Internacional de Negócios	298
TÍTULO V Disposições finais e transitórias	298

## SUMÁRIO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA Lei Constitucional nº 1/2005, de 12 de agosto	9
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM Aviso, DR nº 57, Série I, de 09-03-1978	115
LEI DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL Lei nº 28/82, de 15 de novembro	121
INICIATIVA LEGISLATIVA DE CIDADÃOS Lei nº 17/2003, de 4 de junho	167
DIREITO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL E DE ACÇÃO POPULAR Lei nº 83/95, de 31 de agosto	173
EXERCÍCIO DO DIREITO DE PETIÇÃO Lei nº 43/90, de 10 de agosto	183
ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Lei nº 39/80, de 5 de agosto	195
ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA Lei nº 13/91, de 5 de junho	251
ÍNDICE-SUMÁRIO	301
SUMÁRIO	307